

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE  
DA AMAZÔNIA - IMAZON

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

# INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

## Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstrações do resultado

Demonstrações da mutação do patrimônio social

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores, Diretores e Associados do  
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON  
Belém - PA

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON ("IMAZON" ou "Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON, em 31 de dezembro de 2022, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidade Sem Fins Lucrativos.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belém, 02 de fevereiro de 2024.

# INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - AMAZON

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2022	2021		Nota explicativa	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.337	15.023	Fornecedores		151	82
Adiantamentos	5	552	585	Obrigações sociais e trabalhistas		627	474
Valores a receber		104	313	Obrigações tributárias		78	56
		<u>9.993</u>	<u>15.921</u>	Adiantamentos recebidos		101	101
				Obrigações com recursos de projeto	7	<u>8.018</u>	<u>13.863</u>
						<u>8.975</u>	<u>14.575</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Imobilizado	6	1.465	1.123	Obrigações com recursos de projeto	6.b	<u>1.345</u>	<u>985</u>
Intangível		39	45			<u>1.345</u>	<u>985</u>
		<u>1.504</u>	<u>1.168</u>				
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social	10	<u>1.177</u>	<u>1.529</u>
						<u>1.177</u>	<u>1.529</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>11.497</u></u>	<u><u>17.089</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>11.497</u></u>	<u><u>17.089</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON

## Demonstrações do superávit

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Receitas Líquidas			
Receitas sem restrições	11	592	2.747
Receitas com restrições	11	20.522	16.528
Total de receitas líquidas		21.114	19.275
Custos operacionais			
Custos sem restrições	12	(69)	(56)
Custos com restrições	12	(20.522)	(16.528)
Total de custos		(20.591)	(16.584)
Superávit Bruto		523	2.691
Despesas administrativas	13	(824)	(1.908)
Superávit antes do resultado financeiro líquido		(301)	783
Receitas financeiras	14	51	5
Despesas financeiras	14	(102)	(99)
Resultado financeiro líquido		(51)	(94)
(Déficit)/Superávit líquido do exercício		(352)	689

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - AMAZON

Demonstrações do superávit do exercício abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

---

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
(Déficit)/Superávit líquido do exercício	(352)	689
Outros resultados abrangentes	-	-
Superávit do exercício abrangente total	<u>(352)</u>	<u>689</u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - AMAZON

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	839	-	839
Superávit do exercício	-	689	689
Incorporação do superávit do exercício	689	(689)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.529	-	1.529
Deficit do exercício		(352)	(352)
Incorporação do deficit do exercício	(352)	352	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.177	-	1.177

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais (Déficit)/Superávit líquido do exercício	(352)	689
Ajustado por:		
Depreciação/Amortização do período	<u>16</u>	<u>23</u>
	(336)	712
Varição nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes		
Adiantamentos	32	(209)
Valores a receber	209	(61)
Fornecedores	69	58
Obrigações sociais e trabalhistas	153	84
Obrigações tributárias	22	(7)
Obrigações com recursos de projeto	(5.835)	5.279
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(5.686)</u>	<u>5.854</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	<u>-</u>	<u>-</u>
(Diminuição)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(5.686)</u>	<u>5.854</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	15.023	9.169
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	9.337	15.023
(Diminuição)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(5.686)</u>	<u>5.854</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON (“Instituto” ou Entidade”) é uma associação civil, de direito privado, com fins não econômicos e não lucrativos, criada em 10 de julho de 1990, cuja sede está localizada na Travessa Dom Romualdo de Seixas, 1698, 11º andar, bairro Umarizal, Belém - PA. O Instituto tem como missão institucional promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla dos seus resultados e formação profissional, e tem como principais objetivos:

- Desenvolver estudos e pesquisas sobre o uso sustentável dos recursos naturais da região amazônica;
- Contribuir para a adoção efetiva de usos sustentáveis e qualidade de vida na região amazônica; e
- Promover programas educativos e cursos de capacitação com ênfase no desenvolvimento sustentável regional.

O Instituto é classificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, – conforme Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. O Instituto obteve o certificado de qualificação como OSCIP em 3 de março de 2006, emitido pelo Ministério da Justiça do Brasil, de acordo com a Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, e suas atividades estão no âmbito acadêmico, cultural e científico, com o intuito de promover o envolvimento da sociedade civil brasileira na busca pelo desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade.

As características intrínsecas dos programas sociais estão alicerçadas nos seguintes principais fatores: (i) captação de recursos financeiros para execução dos programas através de contratos de doação e de acordos de cooperação internacional de longo prazo, e (ii) formulação e administração de programas de longo prazo. Neste contexto, o atingimento dos objetivos dos programas está diretamente ligado ao planejamento técnico-operacional e financeiro de longo prazo e da sua governabilidade.

Os recursos financeiros que o Instituto recebe suportam financeiramente tanto os programas quanto o planejamento estratégico estabelecido pela Administração. As estratégias existentes atendem aos programas em curso, os quais tiveram continuidade em 2022 e terão nos anos seguintes.

Por esse motivo, um superávit ou déficit dos programas não deve ser analisado como sua viabilidade ou inviabilidade econômico-financeira, pois esses programas têm implementação de longo prazo e o planejamento estratégico do Instituto leva em conta os recursos financeiros totais a receber, bem como o momento temporal e forma física como serão gastos os recursos.

Para ampliar suas atividades, o Instituto está adequando sua atuação da seguinte forma:

- (i) planejamento estratégico de cada programa no horizonte de longo prazo, sem pautar-se necessariamente em um horizonte de exercícios fiscal e/ou social, e
- (ii) governabilidade dos programas através de uma programação de atividades voltadas às necessidades dos projetos.

#### Pandemia da COVID-19

Em meados de março de 2021, a OMS declarou alerta de pandemia do novo coronavírus, afetando a rotina da população e da atividade econômica global.

A pandemia originou o Decreto Legislativo nº 06, de 20/03/2021, em âmbito federal, reconhecendo calamidade pública nacional. Outros Decretos de teor semelhante foram aprovados nos mais diversos Estados brasileiros, inclusive em Pernambuco, ocasionando diversas medidas de restrição de atividades e isolamento social.

Diante desse cenário, o Instituto adotou diversas medidas para minimizar os impactos trazidos pela pandemia da Covid-19 em suas operações, sendo as principais:

- Implementação de aprimoramentos na gestão do fluxo de caixa, permitindo rápida percepção sobre mudanças, sobretudo decorrentes de inadimplências pontuais, para tomada de medidas corretivas imediatas;
- Investimentos em T.I. para permitir e dar segurança ao teletrabalho (home office), bem como para otimização de processos internos; e
- Adoção de procedimento de acompanhamento periódico dos principais indicadores econômicos e financeiros.

O Instituto também vem atuando de forma prudente, com o objetivo principal de preservar a saúde e a segurança de seus colaboradores. Dentre as medidas adotadas pela Administração, pautadas nas orientações da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, estão:

- Fornecimento de máscaras para todos os colaboradores e uso obrigatório nas dependências do Instituto;
- Utilização de regime de teletrabalho (home office) e de número reduzido de colaboradores no escritório que fizeram opção pelo trabalho presencial, reduzindo níveis de aglomerações;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

- Aferição de temperatura e oxigenação de todos os colaboradores na entrada do Instituto;
- Realização de reuniões por meio de aplicativos e plataformas de videoconferência para evitar aglomerações;
- Adoção de *dispenser* com álcool em gel em todas as dependências do Instituto.

Após quase dois anos do uso obrigatório de máscaras ter sido decretado, em março de 2023 o uso da proteção facial foi flexibilizado na maior parte do país em lugares abertos e, em alguns lugares, em locais fechados, tendo sua liberação completa em agosto do mesmo ano. A Administração do Instituto mantém algumas medidas de monitoramento de suas operações, contudo já se encontra em sua normalidade operacional. Para as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração do Instituto não identificou impactos relevantes decorrentes deste assunto.

Informações gerais do contexto econômico e considerações acerca da guerra entre Rússia e Ucrânia

A Empresa continua monitorando os possíveis impactos diretos e indiretos que possam influenciar as operações de captação de recursos devido as implicações relacionadas à guerra Rússia vês Ucrânia com a inflação causada pelo aumento do preço de petróleo, alimentos, escassez de energia do mercado europeu. Os derivados do petróleo geram produtos químicos, e alguns desses são utilizados no nosso processo industrial. O combustível é utilizado para o transporte de componentes, veículos e peças.

Em análise da operação do Instituto a Administração considerou os eventos a época e subsequentes ocorridos até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não foram identificados efeitos significativos, que deveriam estar refletidos nestas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Muito embora o Instituto entenda que há dificuldade de mensuração, os impactos da guerra no longo prazo, e que as condições, previsões e análises mudam constantemente na medida em que novos eventos ocorrem na geopolítica mundial; os impactos passíveis de avaliação em 31 de dezembro de 2022, foram considerados e não resultaram em ajustes às demonstrações financeiras.

2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) contabilidade para pequenas e médias empresas) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade Sem finalidade de Lucros, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (que incluem todas as informações relevantes correspondentes às utilizadas na gestão do Instituto) foi autorizada pela Administração em 02 de fevereiro de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

c. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação do Instituto. Todos os saldos em milhares de Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

- Nota explicativa nº 06 - imobilizado: vida útil utilizada na avaliação da depreciação;
  - Nota explicativa nº 08 - Contingências: litígios com perspectiva de desembolso financeiro;
- e. Normas, alterações e interpretações existentes que não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pelo Instituto

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas para empresas consideradas de grande porte com vigência a partir de 2021. Aspectos destas normas, quando inclusas no Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para pequenas e médias empresas, poderá afetar as demonstrações do Instituto. A Administração oportunamente irá avaliar os efeitos de novas normas tão logo sejam emitidas.

### 3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas conforme a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

#### a. Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional do Instituto na taxa correspondente à data da transação.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

#### b. Instrumentos financeiros

##### (i) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando o Instituto tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto classifica seus ativos não derivativos como empréstimos e recebíveis.

#### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

O instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

#### (ii) Passivos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

O Instituto classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e obrigações com recursos de projetos.

(iii) Ativos e passivos financeiros derivativos

O Instituto não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos através dos contratos de parceria destinados exclusivamente para a execução dos projetos. Estes são apresentados separadamente na nota explicativa do ativo imobilizado como “bens com restrições de uso”.

Os bens com restrições de uso são registrados no momento em que há a saída de recursos bancários, em contrapartida do passivo circulante de “Obrigações com recursos de projetos”. Simultaneamente é feito o registo do bem no ativo imobilizado (bens com restrições de uso), em contrapartida do passivo não circulante “Obrigações com recursos de projetos”.

Ao final do projeto, o saldo do imobilizado com restrição de uso é transferido para a conta de imobilizado sem restrição e a conta redutora do passivo é baixada em contrapartida de receitas de doação, visto que os bens são historicamente doados ao Instituto.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.



(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo durante o prazo de vida útil do bem.

A depreciação de bens sem restrição é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do ativo, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A depreciação de bens com restrições (destinados exclusivamente para execução de projetos) é registrada em conta redutora do imobilizado, em contrapartida da conta de "obrigações com recursos de projetos" no passivo não circulante, pelo método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As taxas anuais de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias e instalações	2,5%
Veículos	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos de comunicação	10%
Equipamentos de computação	20% a 50%
Móveis e utensílios	20%

d. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido para o Instituto sobre condições que ela não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Administração avalia anualmente os triggers de *impairment* para avaliar a necessidade de revisão do valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Instituto são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no seu valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo é considerado o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável de seus ativos não financeiros. Desta forma, não foi necessário estimar o valor recuperável dos ativos.

e. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Instituto espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

As provisões trabalhistas decorrem da obrigação legal de registrar os direitos dos empregados. Para a provisão de férias, o Instituto calcula 1/12 avos acrescidos de 1/3 terço do salário base do funcionário a cada mês até que este atinja 12 meses consecutivos, quando, então, tem direito ao gozo de férias. No caso do 13º salário, o Instituto calcula 1/12 avos do salário base do funcionário a cada mês de janeiro a dezembro, quando é efetuado o desembolso. Todo empregado tem direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.

f. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Instituto tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O Instituto não concede benefícios de longo prazo a empregados e administradores.

g. Recursos de projetos

As obrigações com recursos de projetos são registradas na rubrica "Obrigações com recursos de projetos" quando do recebimento dos recursos dos financiadores em contrapartida da rubrica "caixa e equivalentes de caixa" e baixadas quando da ocorrência e pagamento dos gastos referentes aos respectivos projetos, estes registrados considerando o regime de competência.

h. Reconhecimento de receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

- Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa, a crédito de gastos a realizar em "Obrigações com recursos de projetos" no passivo circulante;
- Consumo como custo: Quando ocorrem gastos com projetos, a conta de "Obrigações com recursos de projetos", no passivo circulante, é debitada em contrapartida do passivo de fornecedores (para posterior liquidação financeira). Simultaneamente é registrado no resultado os custos com restrições em contrapartida das receitas com restrições;
- Prestação de serviços: A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados;
- Taxa de administração: A receita de taxa de administração é reconhecida no resultado com base nas despesas de administração incorridas, no limite estabelecido pelos contratos dos projetos;
- Doações e subvenções recebidas: As subvenções são reconhecidas no resultado como receita ao longo do período e confrontadas com as despesas que pretendem compensar, em base sistemática, desde que exista razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas. O reconhecimento das receitas de doação e subvenção governamental no momento de seu recebimento, portanto, somente é admitido nos casos em que não há base de alocação ao longo dos períodos beneficiados.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Instituto compreendem:

- juros ativos e passivos;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

j. Tributação

O Instituto é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e, por isso, está isento de imposto de renda e da contribuição social sobre a receita líquida.

Uma entidade sem fins lucrativos é a que não apresenta superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, artigo 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, artigo 10).

O Instituto se beneficia, ainda, de isenção de PIS sobre receitas próprias.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Recursos sem restrições		
Bancos conta movimento	-	663
Aplicações financeiras (a)	2	2
	<u>2</u>	<u>664</u>
Recursos com restrições		
Bancos conta movimento	5.895	9.130
Aplicações financeiras (a)	3.440	5.228
	<u>9.335</u>	<u>14.358</u>
	<u>9.337</u>	<u>15.023</u>

- (a) Os investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas equivalentes a 90% a 100% do rendimento do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), onde rendeu R\$ 51 em 2022 (R\$ 5 em 2021). Abaixo a abertura das contas de aplicações:

	2022	2021
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	3.440	5.228
Poupança	2	2
	<u>3.442</u>	<u>5.230</u>

Os recursos financeiros vinculados a projetos têm seu uso restrito à aplicação em projetos, conforme disposições contratuais, mas não tem restrições quanto a sua movimentação junto as instituições financeiras.

IMAZON - INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os rendimentos financeiros oriundos das aplicações de recursos vinculados a projetos são contabilizados no passivo, juntamente com as entradas de recursos dos projetos, rendendo R\$ 384 em 2022 (R\$ 152 em 2021). Já os rendimentos provenientes de recursos do Instituto são contabilizados no resultado, como receitas financeiras, vide NE 14.

5. Adiantamentos

	2022	2021
Adiantamentos a parceiros (a)	265	336
Adiantamentos de viagens	55	31
Adiantamentos a funcionários	41	24
Adiantamentos a fornecedores	42	53
Outros	150	142
	<u>552</u>	<u>585</u>

(a) Recursos adiantados a terceiros que prestam serviços durante a execução de projetos.

6. Imobilizado

a. Imobilizado sem restrições

Descrição	2021	Movimentação			2022
		Adições	Baixas	Transferências	
Benfeitorias e instalações	145	-	-	-	145
Máquinas e equipamentos	111	-	(17)	-	94
Equipamentos de comunicação	129	-	-	-	129
Equipamentos de computação	583	-	(211)	-	372
Móveis e utensílios	243	-	(1)	-	241
Total do Custo	<u>1.211</u>	<u>-</u>	<u>(229)</u>	<u>-</u>	<u>982</u>
Benfeitorias e instalações	(27)	(4)	-	-	(31)
Máquinas e equipamentos	(99)	(2)	16	-	(85)
Equipamentos de comunicação	(113)	(3)	-	-	(116)
Equipamentos de computação	(566)	(1)	202	-	(365)
Móveis e utensílios	(230)	(5)	2	-	(233)
Depreciação Acumulada	<u>(1.035)</u>	<u>(15)</u>	<u>220</u>	<u>-</u>	<u>(830)</u>
Saldo contábil, líquido, sem restrições	<u>176</u>	<u>(15)</u>	<u>(9)</u>	<u>-</u>	<u>152</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

b. Imobilizado com restrição

Descrição	2021	Movimentação			2022
		Adições	Baixas	Transferências	
Benfeitorias e instalações	104	39	-	-	143
Veículos	118	288	-	-	406
Máquinas e equipamentos	384	26	(19)	-	391
Equipamentos de comunicação	84	47	-	-	131
Equipamentos de computação	1.467	266	(60)	-	1.673
Móveis e utensílios	109	8	-	-	117
Total do Custo	2.266	674	(79)	-	2.861
Benfeitorias e instalações	(20)	(3)	-	-	(23)
Veículos	(118)	(25)	-	-	(143)
Máquinas e equipamentos	(93)	(35)	10	-	(118)
Equipamentos de comunicação	(39)	(8)	-	-	(46)
Equipamentos de computação	(977)	(214)	60	-	(132)
Móveis e utensílios	(72)	(14)	-	-	(86)
Depreciação Acumulada	(1.319)	(299)	70	-	(1.548)
Saldo contábil, líquido, com restrições	947	375	(9)	-	1.313
Imobilizado total líquido (a+b)	1.123	360	(18)	-	1.465

Os bens com restrição de uso são registrados nas contas dos respectivos projetos.

A contrapartida desses bens é demonstrada no passivo não circulante, na conta Obrigações com recursos de projetos.

O Instituto possui o controle dos bens até a finalização de cada projeto, quando o saldo residual do bem, se doado ao Instituto, é registrado como receita de doação.

A prestação de contas do Instituto com seus financiadores, normalmente, requer que seja comprovada a aquisição e a utilização efetiva dos bens previstos em cada projeto que recebe uma dotação específica.

7. Obrigações com recursos de projetos

Os recursos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos são classificados, quando recebidos, no grupo "Obrigações com recursos de projetos", no passivo circulante.

Os respectivos gastos realizados são registrados no mesmo grupo, sob a rubrica como redutora do passivo. Os gastos indiretos do Instituto são alocados entre os projetos conforme previsto em cada convênio, contrato ou acordo, e sua representatividade.

IMAZON - INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os gastos são segregados por doador, considerando a utilização de recursos humanos e materiais, não havendo transferência entre doadores.

	Notas	2022	2021
Saldo inicial - passivo circulante		13.863	8.584
Recebimentos com restrições		14.839	22.898
		28.702	31.482
Gastos com projetos			
Salários, encargos e benefícios dos projetos	12	(6.282)	(5.158)
Consultorias e serviços		(6.887)	(7.040)
Imobilizado		(674)	(778)
Despesas com viagem		(1.381)	(269)
Publicação, disseminação e eventos		(122)	(52)
Despesas com aluguel		(318)	(268)
Utilidades e serviços		(98)	(72)
Despesas com fretes		(3)	-
Impostos e taxas		(25)	(140)
Despesas com comunicação		(482)	(516)
Despesas com materiais		(16)	(40)
Receitas financeiras - Rendimentos aplicação		343	152
Despesas financeiras		(295)	(104)
Despesas com seguros		(60)	(31)
Despesas com manutenção		(50)	(21)
Reembolsos de refeições		(19)	(1)
Outras despesas		(-)	(13)
Taxa Administrativas		(100)	-
Repasse a subcontratos		(4.215)	(3.269)
		(20.684)	(17.619)
Saldo final - passivo circulante		8.018	13.863

## 8. Provisão para contingências judiciais

O Instituto está sujeito a contingências perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrências e de exigibilidade como prováveis, possíveis ou remotas, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos nossos assessores jurídicos que patrocinam as causas do Instituto.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

Administração do Instituto, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para preservar seu patrimônio, não existindo indicações de necessidades de se reconhecer provisões e/ou divulgações para contingências nos exercícios de 2022 por igual a 2021.

9. Partes relacionadas

O Instituto por ser uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, define como partes relacionadas o pessoal-chave da Administração. Em 31 de dezembro de 2022, não há saldos ativos ou passivos com partes relacionadas.

A remuneração do pessoal-chave da Administração inclui salários, honorários e benefícios variáveis, sendo apresentado abaixo a remuneração desembolsada para data base.

	2022	2021
Total de remuneração do pessoal-chave da Administração	<u>1.100</u>	<u>1.099</u>
	<u>1.100</u>	<u>1.099</u>

10. Patrimônio social líquido

Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto na data base é de R\$ 1.176 (R\$ 1.528 em 2021) é alterado com base na incorporação de superávits ou déficits de cada exercício.

O déficit do exercício R\$ 352 (superavit R\$ 689 em 2021), foi transferido para conta de patrimônio social, conforme determinação estatutária, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a ITG 2002 (R1).

Em caso de dissolução do Instituto, o patrimônio social residual deverá ser integralmente revertido às entidades não governamentais sem fins lucrativos, que tenham obtido a qualificação de OSCIP, nos termos da lei 9.790/99, e cujos objetivos sejam congêneres, cabendo sua indicação à Assembleia Geral, na mesma reunião que decidir pela extinção da Entidade.

# IMAZON - INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

## 11. Receitas Líquidas

	2022	2021
Receitas com restrições (i)	19.521	16.528
Taxas de administração de projetos e programas (ii)	1.001	1.244
Receitas diversas	115	529
Receitas com prestação de serviços	502	1.039
(-) Deduções		
COFINS/ISS	(25)	(65)
	<u>21.114</u>	<u>19.275</u>

(i) e (ii) Receitas, por financiador (com restrições/doações e taxas de administração):

	2022	2021
NORAD (a)	5.487	5.231
Instituto Clima e Sociedade (b)	3.614	3.494
BNDES Banco Nacional de Desenv. Econ. Social	2.266	1.129
Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento (c)	1.803	2.122
Foundation To Promote Open Society	1.165	506
Climate and Land Use Alliance	1.092	1.010
Gordon and Betty Moore Foundation	1.030	698
Skoll Foundation (d)	633	1.074
REWILD	407	-
Instituto Alcoa APS Juruti	377	455
Facebook Serviços Online do Brasil	336	1
Regnskogsforeningen	308	-
Instituto El Bien Comum IBC	305	-
Itaú Unibanco S/A	288	105
Associação Vale Desenv. Sustentável	288	249
U.S. Forest Service International Programs (e)	270	488
ENEVA	152	-
WRI World Resources Institute's	134	209
IPE Instituto de Pesquisa Ecológicas	57	-
The Wellbeing Project	39	1
WWF Brasil	38	62
Global Wildlife Conservation	33	503
Plural Gestão de Recursos	20	5
Fundação Britidoc	19	1
Outros	2	41
Institute Humanize	-	221
Equipe de Conservação da Amazônia	-	89
Good Energies Foundation	-	40
JMG Foundation	-	22
Instituto Fama	-	15
Total (i) e (ii)	<u>20.522</u>	<u>17.772</u>

(ii) As taxas de administração possuem as seguintes características:

- Taxas não previstas - Nesse caso o doador permite a alocação de determinados gastos sendo esses alocados na rubrica de "Outros custos diretos e indiretos";

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

- Taxas mistas - São previstas nos contratos e com especificação de determinados gastos na rubrica de "Outros custos diretos e indiretos"; e
- Taxas previstas - Custo administrativo cobrado somente através da taxa de "Overhead".

Dentro dos projetos existe a flexibilidade de utilizar recursos acima do valor previsto nas categorias, em aproximadamente 10%, normalmente aceita pelos financiadores, desde que não ultrapasse o montante orçado do projeto. O cronograma dos projetos difere do exercício fiscal e, dessa forma, podem ocorrer situações em que um ano fiscal englobe dois períodos de financiamento de um mesmo projeto.

(a) NORAD - Norwegian Agency for Development Cooperation

1. Market transparency and law enforcement for conserving the Amazon Forest

(O projeto cujo título é Transparência do mercado e aplicação da lei para a conservação da Floresta Amazônica tem como principal objetivo reduzir a taxa de desmatamento na Amazônia Brasileira para os níveis de 2012 e aumentar a adoção de um uso mais sustentável da terra.)

(b) Instituto Clima e Sociedade - ICS

1. Avaliação do programa Amazônia Protege de responsabilização de desmatadores via Ações Cíveis Públicas (ACPs), para uma análise do combate à grilagem de terras pelo judiciário federal, com escopo, voltado para (i) o impacto das decisões recursais favoráveis às ACPs e no entendimento mais detalhado da percepção dos juizes sobre o programa e (ii) avaliação do entendimento judiciário quanto à punição do crime previsto no Art. 20 da Lei 4.947/1966 e elaborar sugestões para uma estratégia de judicialização para combate à grilagem.
2. Apoiar a elaboração de estudos a serem publicados ao longo dos próximos dois anos (2021 a 2022) e de um Blue Print (conjunto de programas, ações propostas, macro atividades e resultados esperados) para uma Amazônia Sustentável que assegure a conservação dos recursos naturais, desenvolvimento econômico e inclusão social.
3. Manutenção de segurança jurídica e adequação à Lei Geral de Proteção de Dados; Retirada de documentação física para o período de 2004 a 2014 do escritório do Imazon para assegurar segurança de informação; Investimentos em segurança de tecnologia da informação (equipamentos e softwares), considerando maior vulnerabilidade conferida por trabalho híbrido durante período de pandemia; Início de um fundo de reserva para reduzir vulnerabilidade institucional; Melhorias em práticas e procedimentos administrativos que permitirão melhor desempenho, integração e segurança de atividades, assim como a contratação de consultoria para estruturação de auditoria interna.
4. Mapeamento mensal da superfície de água dos biomas brasileiros para os anos de 2021 e 2022; aperfeiçoar a plataforma de dados do MapBiomas Água; conduzir testes-piloto para avaliar a viabilidade técnica e operacional de um sistema de monitoramento de superfície de água em tempo quase real; implementar a cooperação técnica com a Agência Nacional de Água (ANA); implementar a estratégia de engajamento de usuários para o uso dos dados para subsidiar a gestão de recursos hídricos; identificar e capacitar parceiros a expandir o mapbiomas água e América do Sul; implementar ações de comunicação para impacto sobre o tema água, com ênfase em mudanças climáticas e uso da terra.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

5. Expandir a metodologia de mapeamento e monitoramento de superfície de água para todos os biomas brasileiros, em colaboração com a Iniciativa MapBiomas, e desenvolver aplicações de interesse ambiental, econômico e social para o País.
6. Manutenção de segurança jurídica; Investimentos em segurança de tecnologia da informação (equipamentos e softwares); Investimento em ampliação da segurança patrimonial; Investimento em uma consultoria de segurança institucional abrangendo oficinas com todos os colaboradores, de forma que todos entendam quais são as vulnerabilidades institucionais e como devem se defender; Majoração do fundo de reserva para reduzir vulnerabilidade institucional e política de captação e utilização do fundo. Para a entrega programática, publicaremos um indicador que mostrará de forma simplificada e sistemática quais e como os frigoríficos e varejistas estão se comprometendo com os elos da cadeia pecuária. Esse será um indicador simples e didático o suficiente para qualquer consumidor comum entender como funciona a cadeia da carne. O sistema está sendo construído a partir de perguntas padronizadas para frigoríficos bovinos e varejistas. Os resultados permitirão a avaliação de conformidade e os níveis de auditoria das empresas respondentes. O resultado anual será divulgado em entrevista coletiva, e com parcerias de canais relacionados à justiça, meio ambiente, economia, investimentos e direitos do consumidor.

(c) Instituto Arapyau de Educação e Desenvolvimento Sustentável

1. Desenvolver os produtos da Coleção 7 do MapBiomas para o Bioma Amazônia, dar suporte à implementação do MapBiomas Alerta e apoio ao MapBiomas na região Pan-Tropical.

(d) The Skoll Foundation

1. we proposed to act on the infrastructure for digital inclusion, on training and empowering young people, and on the protection of the communities territories (indigenous, quilombola, and extractivist). Our proposal is to catalyze how these communities access health, entrepreneurship and technical education, territorial protection and employability opportunities.

(Atua na infraestrutura para inclusão digital, no treinamento e capacitação de jovens e na proteção dos territórios das comunidades. (indígenas, quilombolas e extrativistas). A proposta é catalisar a forma como essas comunidades acessam a saúde, o empreendedorismo e a educação técnica, a proteção territorial e as oportunidades de empregabilidade.)

(e) USDA Forest Service - Serviço Florestal Americano

Forest Monitoring and Partnership in the Brazilian Amazon.

1. Monitoramento Florestal e Parceria na Amazônia Brasileira

IMAZON - INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

12. Custos operacionais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Custo sem restrição		
Salários e encargos sociais (i)	(69)	(56)
	<u>(69)</u>	<u>(56)</u>
Custo com restrição		
Salários e encargos sociais (i)	(6.282)	(5.158)
Serviços prestados por terceiros	(14.240)	(11.369)
	<u>(20.522)</u>	<u>(16.528)</u>

(i) Salários e encargos sociais:

	<u>Sem restrição 2022</u>	<u>Sem restrição 2021</u>	<u>Com restrição 2022</u>	<u>Com restrição 2021</u>
Salários	(141)	-	(2.668)	(2.085)
INSS	(46)	-	(918)	(732)
Vale-Aliment/Transp	(47)	-	(748)	(592)
Assistência médica	(26)	-	(429)	(373)
Férias	(45)	(56)	(279)	(239)
Gratificações/Bonus	(17)	-	(379)	(387)
FGTS	(17)	-	(288)	(226)
13º salário	(32)	-	(292)	(213)
Seguro de vida	(11)	-	(111)	(88)
Remuneração estágio	(26)	-	(85)	(102)
PIS	(7)	-	(36)	(29)
Multa Resc/Indeniz	(55)	-	(27)	(71)
Exames/Medicamentos	(1)	-	(22)	(20)
	<u>(469)</u>	<u>(56)</u>	<u>(6.282)</u>	<u>(5.158)</u>

13. Despesas administrativas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Viagens	(2)	(15)
Aluguel	(28)	(268)
Publicação, disseminação e eventos	(1)	(52)
Impostos e taxas	(5)	(193)
Depreciação e amortização	(16)	(24)
Seguros	(5)	(31)
Comunicação	(170)	(516)
Despesas com consultoria e serviços	(547)	(674)
Outras despesas administrativas	(50)	(136)
	<u>(824)</u>	<u>(1.908)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

14. Receitas e despesas financeiras

	2022	2021
Juros sobre aplicações financeiras	51	5
Total das receitas financeiras	51	5
Juros e despesas bancárias	(102)	(99)
Total das despesas financeiras	(102)	(99)
Resultado financeiro líquido	(51)	(94)

15. Instrumentos financeiros

O Instituto está exposto aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos do Instituto para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pelo Instituto, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e bancos;
- Aplicações financeiras;
- Fornecedores.

As atividades do Instituto o expõem aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito para o Instituto surge preponderantemente de disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários.

O Instituto aplica recursos apenas em certificados de depósitos bancários administrados por instituições financeiras de primeira linha. O Instituto não contrata derivativos para gerenciar o risco de crédito. Abaixo seguem divulgações quantitativas da exposição ao risco de crédito em relação aos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021, pelos valores contábeis.

	2022	2021
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	9.337	15.023
	9.337	15.023

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

#### Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros do Instituto é apresentado conforme a seguir (valores contábeis):

	2022	2021
Passivos financeiros		
Fornecedores	151	82
	151	82

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não há inadimplência de pagamento de obrigações pelo Instituto.

#### Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de o Instituto vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados pelos papéis aplicados por meio de certificados de depósitos bancários administrados por instituições financeiras de primeira linha. Conforme comentado na nota explicativa nº 4, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

A Administração adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em certificados de depósitos bancários indexados ao CDI e poupança com resgate de curto prazo quando permitido pelos doadores. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas no próprio Instituto.

O Instituto não mantém operações relevantes atreladas à variação das taxas de câmbio.

#### 16. Cobertura de seguros

O Instituto possui seguros para salvaguardar os seus ativos de eventuais sinistros, devido à administração entender como necessário em virtude do perfil atual de seus ativos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

As coberturas, em 31 de dezembro de 2022, foram contratadas pelos montantes suficientes para cobrir eventuais perdas com sinistros. As premissas de riscos adotadas pelo Instituto, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Categorias Seguradas	R\$
Incêndio de bens do imobilizado	59

#### 17. Eventos subsequentes

Em junho de 2023, foi criada a CPI das ONGs com a finalidade de investigar a liberação de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior. A CPI também visou investigar a concentração desses recursos em atividades-meio, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades. Desde a sua abertura, o Imazon acompanhou os depoimentos, contando com apoio jurídico e com apoio de comunicação política. Além disso, a equipe de comunicação interna monitora redes sociais e reporta mensagens relacionadas à Imazon/CPI.

Em setembro de 2023, o Imazon foi convidado, e já havia se antecipado e organizado todos os seus documentos, enviando-os para verificação jurídica e tendo reuniões semanais com seus advogados. Os advogados afirmam que o Imazon está bem documentado e que não há nada que coloque a organização em situação de risco, bem como após apresentação de documentos e depoimentos junto a CPI, não houve indícios que contraponham este entendimento que é em aspectos gerais é o mesmo da Administração, entretanto em dezembro de 2023, foi encerrada a CPI e emitido um relatório final que não apresentou nenhum apontamento com conseqüências de natureza jurídica para o Imazon.

Em fevereiro de 2023 foi recebido antecipadamente o valor R\$ 26.143, da Instituição The Climate and Land Use Alliance ("CLUA") para o período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025 referente ao projeto "Contribuir para a reversão da taxa de desmatamento para o nível de 2012 ou inferior, e estimular usos mais sustentáveis e produtivos para uso da terra através do trabalho científico e do diálogo com a sociedade".



IMAZON - INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

Administração da Entidade

---

Verônica Oki Igacihalaguti  
Diretora Administrativa

---

Ritaumaria de Jesus Pereira  
Diretora Executiva

---

Gian Carlo Cruz Toppino  
Contador CRC/PA 011577/O-0